

**CRUZANDO AS PORTEIRAS DA
UNIVERSIDADE: EXPERIÊNCIAS
ACADÊMICAS NA CASA DE XANGÔ
PARA UMA REEDUCAÇÃO ÉTNICO-
RACIAL (PETROLINA/PE – JUAZEIRO/BA
2016-2019)**

*CROSSING THE DOORS OF THE
UNIVERSITY: ACADEMIC EXPERIENCES
AT CASA DE XANGÔ FOR AN ETHNIC-
RACIAL RE-EDUCATION (PETROLINA / PE -
JUAZEIRO / BA 2016-2019)*

Mário Ribeiro dos Santos 1

Resumo: As vivências acadêmicas do GEFRE – Grupo de Estudos em Festas e Religiosidades, em parceria com o Ilê Axé Ayrá Onyndancor, no período de 2016 a 2019, constituem o principal objetivo deste trabalho. Nesse intervalo de tempo, o protagonismo de lideranças de terreiro na Universidade de Pernambuco (campus Petrolina), por meio de atividades de ensino e extensão, contribuiu, entre outras questões, para o enfrentamento do racismo religioso na região, assim como evidenciar o protagonismo das periferias e das práticas culturais negras na unidade. A iniciativa proporcionou visibilidade a outros espaços não acadêmicos como produtores de novas epistemologias para uma reeducação étnico-racial.

Palavras-chave: Universidade de Pernambuco. Grupo de Estudos em Festas e Religiosidades. Ilê Axé Ayrá Onyndancor

Abstract: The academic experiences of GEFRE - Study Group on Parties and Religiosities, in partnership with Ilê Axé Ayrá Onyndancor, performed between 2016 and 2019, constitute the main objective of this work. In this time interval, the leadership of yard's leaders at the University of Pernambuco (Petrolina campus), through teaching and extension activities, contributed, among other issues, to the confrontation of religious racism in the region, as well as to highlight the role peripheries and black cultural practices in the unit. The initiative provided visibility to other non-academic spaces as producers of new epistemologies for an ethnic-racial reeducation.

Keywords: University of Pernambuco. Study Group on Festivals and Religiosities. Ilê Axé Ayrá Onyndancor.

Exu mata um pássaro ontem, com uma pedra atirada hoje: primeiros passos

Iniciamos esta reflexão com base num provérbio iorubá, conhecido pelos povos de terreiro, que nos impulsiona tratar sobre um sistema educacional que repercute no tempo presente os ecos do colonialismo. Um conjunto de ações responsáveis por protagonizar práticas que desqualificam e silenciam saberes e fazeres protagonizados por sujeitos que não comungam com os valores de uma sociedade binária, ocidental e cristã.

Nesta narrativa, ampliaremos o debate sobre essas questões e problematizaremos sobre o papel da universidade enquanto uma instituição responsável por construir novas formas de entendimento sobre assuntos historicamente demonizados, tratados de forma estereotipada, preconceituosa e sedimentados em versões discursivas eivadas de verdades absolutas e sentimentos de ódio e de negação.

Nesta perspectiva, traremos as experiências do GEFRE (Grupo de Estudos e Festas e Religiosidades) como dinamizadoras para transformar o silêncio e a inércia institucional, em ações de mobilização, de comunicação, de aprendizagens e aberturas de caminhos. Iniciativas possíveis de construir outros entendimentos nos quais se percebam que não há espaço limítrofe entre a educação, as práticas culturais e o Ensino de História. Pelo contrário, eles se entrecruzam, produzem narrativas plurais com significados que encontram na diversidade a sua melhor expressão de ver e interpretar o mundo.

Partindo desse pressuposto e instrumentalizados com os estudos de historiadores, antropólogos, educadores, entre outros intelectuais com visões decoloniais, compartilharemos momentos prazerosos de descobertas e ampliaremos o nosso olhar para novas perspectivas de compreensão histórica, social, cultural, econômica e política da temática em foco.

Desta maneira, organizamos a narrativa em duas partes: a primeira versará sobre um projeto de extensão do GEFRE¹, realizado em 2016, intitulado: *Terça Crioula*², mais especificamente a sua primeira edição, a qual contou com a presença da Yakekeré³ Edna Rosa, uma voz negra, feminina, potente, representante do Ilê Axé Ayrá Onyndancor da cidade de Juazeiro (BA). A segunda parte consiste num conjunto de ações realizadas em parceria com o terreiro de Candomblé mencionado, o qual abriu as suas portas para acolher a comunidade acadêmica e demais públicos interessados em conhecer outras narrativas de uma cultura “não-branca, não-cristã, não-eurocêntrica, antirracista, não conservadora, flexível e resiliente, não-falocêntrica e que se crê natureza e parte constituinte do criador” (NOGUEIRA, 2021).

Do encontro desses dois mundos resultou um processo de interrupção do silenciamento da temática no campus e a visibilidade para novas histórias, dessa vez empretecidas. Estas emergiram nos corredores da universidade, nos caminhos de volta até em casa, nas conversas dos discentes com familiares e amigos, nas postagens das redes sociais, nos corpos tatuados de uma juventude cada vez mais apropriada da sua ancestralidade. Grupos de homens e mulheres que diante do potencial epistêmico, cultural e político das periferias enegrecidas, movimentam-se produzindo novas histórias em áreas distantes dos ventos que sopram da orla banhada pelas águas do Velho Chico.

Essa tomada de consciência foi importante para aguçar na comunidade acadêmica da UPE, sobretudo, os docentes em formação, a prática de um ensino pautado na “pedagogia das encruzilhadas”⁴. Uma possibilidade de projetá-los como sujeitos mediadores para a construção de representações positivas sobre as histórias e as práticas culturais dos povos de terreiro, posicionando-os como protagonistas de um “ensino transgressor e uma educação como prática da liberdade” (hooks, 2017).

1 Este trabalho não seria possível sem o abraço acolhedor e a potencialidade intelectual da Professora Edianne dos Santos Nobre. Juntos, coordenamos diversos projetos de pesquisa e extensão à frente do GEFRE, entre os anos 2016 e 2019, na Universidade de Pernambuco – campus Petrolina.

2 O Terça Crioula estava inserido num projeto mais amplo de pesquisa denominado: Trajetórias e Práticas de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro no Vale do São Francisco (XX-XXI), cadastrado no SISPG-UPE, realizado entre novembro de 2015 e julho de 2019.

3 Um dos cargos existentes no Candomblé exercidos por mulheres. É popularmente conhecida entre os religiosos como “Mãe Pequena” e costuma responder pela Casa na ausência do Babalorixá ou Yalorixá.

4 Expressão gestada pelo pesquisador RUFINO, Luiz. Pedagogia das Encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

Empretecendo os corredores do campus: as experiências do GEFRE e os diálogos com a comunidade acadêmica

Alguns acontecimentos do ano de 2015 contribuíram para a criação do GEFRE, no campus Petrolina, da Universidade de Pernambuco.⁵ Um deles foi uma passeata que reuniu seguidores dos Candomblés baiano e pernambucano, simpatizantes, representantes do poder público e militantes de movimentos raciais nas ruas do Bairro do Quidé, onde se localiza o Ilê Abasy de Oiá Gnan, mais conhecido como o Terreiro de Mãe Adelaide, fundado em 1976. A casa, durante três meses consecutivos, foi apedrejada, pichada com símbolos religiosos cristãos e teve a sua estrutura física comprometida. O sentimento de medo provocado pelos atos de violência levou a Yalorixá a dormir na casa de vizinhos, assim como desencadeou uma série de problemas de saúde na sacerdotisa.

Historicamente, o Bairro do Quidé tem na sua formação o protagonismo de diversas lideranças de Candomblés⁶ da região, a exemplo de Pai Henrique, Mãe Filhinha e Manoel Rosa, responsáveis por zelar pela vida espiritual de grande parte dos filhos de santo da comunidade (SANTOS, 2018 a). Situado num bairro periférico de Juazeiro (BA), o Quidé, em 2015, representava o local com maior concentração de terreiros da Região do Submédio do São Francisco⁷: aproximadamente 20 casas com adeptos residentes em várias cidades do entorno (MARQUES, 2015). Eventos públicos como lavagens de calçadas e largos, carnaval, caminhadas pela paz, datas simbólicas como, por exemplo, o Dia Municipal dos Povos de Terreiro (08 de dezembro), Dia da Consciência Negra (20 de novembro), festas de orixás⁸, inquices⁹, caboclos¹⁰, entre outras celebrações organizadas pelos dirigentes, reúnem centenas de simpatizantes que se dirigem à localidade para prestigiar as atividades.

Paralelo às práticas culturais dos adeptos dos Candomblés que movimentam o cotidiano do bairro, fortalecendo as identidades de muitos dos seus moradores, o Quidé contabiliza uma série de atos de intolerância religiosa contra os povos de terreiro. Verificam-se, nesse sentido, apedrejamentos de casas sagradas, humilhações de seus praticantes em escolas e outros espaços públicos, entre outras ações de violência física e simbólica protagonizados por determinados grupos neopentecostais que fazem dos púlpitos o lugar celestial para a mobilização do racismo e de uma política de ódio extensivo.¹¹ Um comportamento social disseminado entre os seus fieis, num processo constante de demonização das práticas culturais negras, não reconhecendo os Candomblés enquanto religiões de matriz africana, desqualificando-os, reproduzindo

5 O GEFRE, certificado pelo CNPq em 2016, foi uma idealização dos professores Edianne dos Santos Nobre e Mário Ribeiro dos Santos, ambos do curso de Licenciatura em História da Universidade de Pernambuco (UPE) Campus Petrolina. A iniciativa tinha o objetivo de interiorizar o debate e ampliar a produção acadêmica na Região do Submédio do São Francisco, com pesquisas nas duas linhas de trabalho: História e Historiografia das Religiões (Linha 1) e Festas Populares como objeto de estudo da História (Linha 2). Mais informações, ver: <https://gefreupe.wixsite.com/gefreupe>

6 O termo Candomblés está empregado no plural para explicitar a multiplicidade dos espaços sagrados existentes, resultantes do processo de diáspora, o qual envolve relações de poder, disputas políticas entre as diferentes nações, entre outras especificidades que nos impede de pensá-los de forma homogênea. Ver: FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. Aproximações brasileiras às filosofias africanas. Dossiê Programa de Pós-Graduação em Metafísica - Universidade de Brasília. 2016. Disponível em: <<http://seer.ufs.br/index.php/prometeus/article/view/5698/4852>>. Acesso em 6 de novembro de 2021.

7 A Região do Submédio do São Francisco engloba municípios localizados nos estados de Pernambuco e Bahia – territórios de origem dos nossos alunos. De acordo com pesquisas da Companhia de Desenvolvimento do São Francisco (CODEVASF, 2009), o território é composto pelas cidades de Juazeiro e Paulo Afonso (BA); Petrolina, Ouricuri e Serra Talhada (PE).

8 Divindades religiosas iorubá presentes no panteão dos terreiros de Nação Ketu / Nagô. Ver: CACCIATORE, Olga Gudolle. Dicionário de cultos afro-brasileiros. Rio de Janeiro, Forense – Universitária, Instituto Estadual do Livro, 1977.p. 206-207

9 Também escrito “inkice” – designação das divindades nos candomblés Angola-Congo. Ver: CACCIATORE, Olga Gudolle. Dicionário de cultos afro-brasileiros. Rio de Janeiro, Forense – Universitária, Instituto Estadual do Livro, 1977.p. 153

10 Entidades que representam os donos da terra, cultuadas nos terreiros de Nação Angola e na Umbanda. Ver: CACCIATORE, Olga Gudolle. Dicionário de cultos afro-brasileiros. Rio de Janeiro, Forense – Universitária, Instituto Estadual do Livro, 1977.p. 74

11 Sobre o assunto, ver: CANTUÁRIA, Priscila Ceccatto de. A religiosidade negra em uma sociedade estruturalmente racista: a liberdade de fé dos povos tradicionais de terreiro. São Paulo: Dialética, 2021.

uma “história única”¹² e nomeando-os como um conjunto de ações de feitiçaria, portanto, obscuras e inferiores.

A repercussão dos casos de perseguição e racismo religioso aos seguidores das Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTro), em Juazeiro (BA) tomou conta de sites e blogs jornalísticos da área.¹³ No entanto, o silenciamento da temática na única universidade com cursos de licenciatura da região, causou incômodo e indignação em alguns docentes do curso de História, levando a criação do projeto de extensão *Terça Crioula*, com ações iniciadas em fevereiro de 2016.

A atividade tinha o objetivo de fomentar o debate sobre as questões raciais no campus, com enfoque na difusão e salvaguarda do patrimônio cultural afro-brasileiro presente na Região do Vale do São Francisco. Os encontros aconteciam quinzenalmente, entre às 17h e 19 horas, num local estrategicamente pensado para atrair diferentes públicos: o hall dos laboratórios dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Biologia, Pedagogia e História. Nesta localidade, também se encontravam banheiros, bebedouros e uma copiadora, onde o fluxo de pessoas era intenso, principalmente entre os horários de mudança de turnos.

A atividade reunia um público de aproximadamente 30 a 40 pessoas, entre discentes e docentes de diferentes cursos, funcionários da parte administrativa do campus, docentes de outras IES da região a exemplo da UNIVASF e UNEB (campus Juazeiro), militantes de movimentos sociais, representantes do poder público municipal, alunos do Colégio Aplicação da UPE e outras escolas próximas, onde os integrantes do GEFRE atuavam com o projeto do Pibid.

As temáticas e os nomes dos convidados eram previamente debatidos e selecionados entre os professores e alunos-membros do grupo. As tarefas também eram divididas de acordo com as disponibilidades e as aptidões, a exemplo da organização do espaço; o agendamento de equipamentos audiovisual e do transporte para convidados que moravam distantes do campus e não tinham como se deslocar; a elaboração dos card's para divulgação nas redes sociais e contatos de whatsapp dos integrantes, assim como a passagem nas salas para convidar a comunidade acadêmica.

Temas como: gênero, raça, estética negra, oralidade e memória, racismo religioso, o terreiro enquanto lugar terapêutico e social, as festas populares como espaços de religiosidades, a relação corpo e alimento nas religiões de matriz africana, os terreiros enquanto espaços de produção de saberes, os coletivos socioculturais negros e a aplicabilidade da Lei 10.639/03, foram algumas das pautas que movimentaram os encontros do GEFRE com debates que provocaram sentimentos diversos de revolta, indignação, afetividade e empatia entre o público participante.

A primeira convidada para a atividade foi a Yakekerê Edna Rosa, mais conhecida como Mãe Edna, do Ilê Axé Ayrá Onyndacor. Foi o início de uma parceria que resultou em diversos trabalhos, entre os quais, destacamos: palestras em diversos eventos na universidade; rodas de conversa realizadas no espaço sagrado do terreiro; visitas técnicas com turmas da graduação e da especialização; entrevistas e organização de uma exposição sobre a história do afoxé Filhos de Zaze – manifestação cultural criada pelos irmãos biológicos da religiosa e com sede no terreiro onde ela reside foram algumas das atividades realizadas em conjunto. Estas iniciativas voltadas para a valorização e a visibilidade de trajetórias negras presentes nas CTTro da região foram silenciadas num processo histórico de apagamento da temática nas narrativas e nos espaços oficiais, como a academia, por exemplo.

A presença de Mãe Edna na universidade contribuiu para aproximar a comunidade acadêmica de assuntos presentes no cotidiano de uma “multidão móvel e contínua [...] de heróis quantificados que perdem nomes e rostos” (CERTEAU, 2007, p.58). As suas palavras sobre o processo histórico dos Candomblés em Juazeiro, a relação com as comunidades periféricas e o protagonismo dos moradores no enfrentamento de práticas racistas irradiaram-se entre

12 Sobre a concepção da categoria “história única”, ver: ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

13 Sobre os casos de intolerância religiosa no Quidé, ver: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/08/27/terreiro-de-candomble-em-juazeiro-e-apedrejado-templo-e-alvo-de-ataques-desde-2015.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2021. <https://pontocritico.org/tag/apedrejamento/1>. Acesso em: 20 abr. 2021.

os discentes, principalmente aqueles que faziam parte do seu mesmo grupo social e racial. A potência dos seus depoimentos estimulou falas que questionavam a estrutura de um sistema opressor localizado no topo do poder, defensor de um modelo caduco de sociedade cristã, misógina, heteronormativa e condicionada a repetir padrões ocidentais como únicos e válidos, contribuindo dessa forma para desqualificar, despotencializar e aniquilar práticas, lugares e saberes negros.

A participação de Mãe Edna no *Terça Crioula* também se destacou por evidenciar que o debate sobre cultura negra não está dissociado do entendimento sobre classe, raça e gênero. Na sua fala, ficou explícito como estes pontos estão entrelaçados e se fazem presentes nas nossas realidades. Djamila Ribeiro, em *Lugar de Fala*, explica que:

[...] esse entrecruzamento [gera] formas diferentes de experienciar opressões. Justamente por isso não pode haver hierarquia de opressões, pois sendo estruturais, não existe “preferência de luta”. É preciso pensar ações políticas e teorias que deem conta de considerar que não pode haver prioridades, já que essas dimensões não podem ser pensadas de forma separada (RIBEIRO, 2019, p.71).

Essa explicação da filósofa e feminista negra Djamila Ribeiro legitima as ações do GEFRE, o qual defendia a necessidade de um trabalho denso, interdisciplinar e engajado, ou seja, que aliasse a teoria e a prática, envolvendo a comunidade acadêmica com a sociedade civil. Tais questões têm o intuito de ampliar o número de vozes que auxiliassem numa formação problematizadora, com reflexões emancipatórias, possíveis de despotencializar estruturas hegemônicas e contribuindo para pôr fim a “um entendimento de que tudo que é bom ou bonito não pode ser preto” (WILLIAN, 2019, p.61).

A ativista e intelectual negra bell hooks reafirma a importância de um trabalho dessa natureza, quando destaca entre as potencialidades, a coletividade da ação, a sua importância para a aprendizagem e a emergência de um pensamento crítico que nos empodera. Para a autora:

[...] o aspecto mais empolgante do pensamento crítico na sala de aula é que ele pede a iniciativa de todas as pessoas, convidando ativamente todos os estudantes a pensar com intensidade e a compartilhar ideias de forma intensa e aberta. Quando todas as pessoas na sala de aula, professores e estudantes, reconhecem que são responsáveis por criar juntos uma comunidade de aprendizagem, o aprendizado atinge o máximo de sentido e utilidade (hooks, 2020).

Essa aproximação entre os diferentes atores para a ampliação de novas vozes e outras formas de entendimento, inserindo o protagonismo das ações dos povos de terreiro na agenda acadêmica de um espaço historicamente branco, elitista, sexista e, sobretudo, cristão, contribuiu para “descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento” na formação de docentes no campus da UPE Petrolina, rachando “as estruturas de validação do conhecimento, que definem o que é erudição “de verdade” e “válida” (KILOMBA, 2019, p.53)

Colhidos os frutos com as experiências do *Terça Crioula*, o GEFRE plantou novas ações antirracistas com o objetivo de valorizar, promover a visibilidade e fomentar o debate na região sobre as Comunidades Tradicionais de Terreiro. A proposta desta vez se estendeu entre os anos de 2017 e 2019 e ultrapassou as fronteiras do campus, promovendo iniciativas com a comunidade acadêmica dentro do Ilê Axé Ayrá Onyndancor, realizando entrevistas, visitas técnicas, exposições e rodas de conversa, reunindo os filhos de santo da casa, moradores da vizinhança, entre outros públicos interessados em conhecer, a partir da perspectiva de quem vivencia os Candomblés, os diferentes saberes que atribuem sentidos e significados à vida de uma parcela significativa da população do Vale do São Francisco.

Aprendendo na Casa do Rei¹⁴: experiências de ensino no Ilê Axé Ayrá Onyndancor

As reflexões protagonizadas no Ilê Axé Ayrá Onyndancor, durante as atividades conjuntas com o GEFRE, entre 2017 e 2019, possibilitaram a formação de novos entendimentos compreendendo os terreiros como espaços promotores de reflexões emancipatórias voltadas para uma compreensão histórica mais ampla desses espaços como produtores de conhecimentos, de formação política, de construção de novas identidades, de preservação de valores, de memórias e de sociabilidades.

Na Casa do Rei, fomos acolhidos pela gentileza e por todo o conhecimento preto ancestral da nossa interlocutora, Mãe Edna, a qual, todas as vezes que cruzávamos os portões do terreiro, presenteávamos com saberes “sofisticados e libertadores” (SIMAS, 2020, p.23), os quais contribuíram para a problematização, a desnaturalização e o desassossego do lugar que os espaços, os registros e as narrativas oficiais elegeram para as CTTro.

No espaço sagrado, fazia parte da dinâmica iniciar com uma conversa no salão principal e na seqüência conhecer outros pontos da casa. Costumávamos formar, no chão, no centro do terreiro, uma grande roda. Pai Edson (o Babalorixá do Ilê), Mãe Edna e a matriarca da família, Mãe Flora, sentados em cadeiras de frente para a porta principal, contavam-nos histórias nunca lidas nos livros didáticos e jamais trabalhadas pelas diversas disciplinas cursadas ao longo da Educação Básica. Na roda, cada palavra falada direcionava-se a ouvidos que a absorvia como novos conhecimentos edificantes, historicamente negados por grande parte daqueles que se encontram no lado de fora do círculo. Nas palavras decantadas do professor, pesquisador e Babalorixá Sidnei Nogueira, os corpos localizados fora da roda do terreiro pertencem:

[...] aqueles que produziram à margem e nos colocaram nela, marginalizando-nos, excluindo-nos de uma vida artificialmente produzida para servir à subalternização, à exclusão, à escravização de corpos de pretos e pretas, uma ferramenta tecno-semântico-discursiva. Fora do círculo está quem nos destituiu do nosso verdadeiro “eu” e produziu um “eu” apenas para servir a interesses do capitalismo, do neoliberalismo e da necropolítica. A partir da reinvenção de um eu-preto – “denegrado” – artificial é que se produziu a artificialidade. E é essa nova realidade artificial que decide quem pode existir, que deuses e deusas podem ser adorados, como as pessoas devem se vestir, como devem ser educadas, como devem se portar, quem devem amar e, sobretudo, que lembranças ancestrais lhes são permitidas.¹⁵

Na contramão dessas posturas segregacionistas, as quais desqualificam o protagonismo negro à frente dos terreiros e outros coletivos sociais, as vozes de Mãe Edna, Pai Edson e Mãe Flora emergem como saberes polidos, as quais ecoam na cidade como “um ato contra-hegemônico, um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização racista” (hooks, 2017, p.10) e apagamento das narrativas de autorias pretas.

Partindo dessa perspectiva, Djamilia Ribeiro, ao refletir sobre o lugar de fala dos grupos “minoritários em termos de direitos”, incita-nos a pensar que “os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contradiscursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias” (RIBEIRO, 2019, p.75).

O despertar para esse olhar nos permite compreender que a produção do conhecimento não está limitada a um só grupo de quem detém o poder. Outros conhecimentos podem ser ensinados por quem não está no centro, não dependendo das estruturas de dominação

14 Segundo os ensinamentos iorubá, Xangô foi o terceiro Alafin (título atribuído aos reis) de Oyó – cidade da Nigéria. Ver: BERKENBROCK, Volney J. A experiência dos orixás: um estudo sobre a experiência religiosa no Candomblé. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

15 NOGUEIRA, Sidnei Barreto. A quem serve o racismo religioso? <https://revistasenso.com.br/zrs-edicao-15/a-quem-serve-o-racismo-religioso/>. Acesso em: 17 abr. 2021.

que validem o que pode e o que não pode ser ensinado. Outros “costumes e instâncias de referência” (FANON, 2008, p.104) existem e são produzidos por quem está nas periferias, nos terreiros de Candomblé, nos grupos de maracatu, nos afoxés, nas escolas de samba e outros coletivos sociais negros que elaboram seus escritos “incorporados de emoção e de subjetividades [...] bem como seus locais de fala e de escrita, criando um novo discurso com uma nova linguagem” (KILOMBA, 2019, p.58).

É nessa perspectiva, que os terreiros emergem como espaços de funções plurais, os quais ultrapassam o sentido religioso, agregando outras potencialidades como: espaços de memória, terapêuticos, formativos, de organização e mobilização social, de articulações políticas, entre outras ações que possibilitam momentos de sociabilidade e do fazer coletivo nas diferentes temporalidades.

Essas múltiplas funcionalidades atribuídas às casas religiosas de Matriz Africana desestabilizam um sistema que insiste em negar as potencialidades desses espaços e sustentar um abismo que separa em blocos a produção de conhecimentos. De um lado, a academia, enquanto um espaço legítimo de reflexão e formação educativa e científica; do outro, os “saberes de frestas”¹⁶, produzidos nos guetos, nos espaços fora da lei, destituídos de sentidos e de valor credível. Uma postura hierarquizante que determina quem fala e quem deve ser silenciado, colocando em patamares diferenciados os saberes produzidos pelos colonizadores europeus e as formas de produção do conhecimento dos colonizados. Essa forma de estabelecer diferenças entre os conhecimentos e a sua validação é uma espécie de controle na produção dos discursos, que privilegia ou autoriza o que deve ser dito, pesquisado e ensinado ao tempo em que elege o que não deve ser propagado e salvaguardado entre as novas gerações.

Partindo dessa perspectiva, os terreiros se destacam pelo significativo papel desenvolvido nas periferias, a exemplo do Ilê Axé Ayrá Onyndancor, o qual atua como um expressivo canal de resistência na região contra as práticas preconceituosas e racistas, responsáveis por difundir o medo do corpo negro, a satanização das coisas pretas e de todas as suas práticas culturais, em especial, as religiões e as religiosidades. Esse tipo de postura é denominado por Sidnei Nogueira como “processo de subalternização do outro [...] que leva ao epistemicídio e ao apagamento daquilo que a hegemonia não suporta ver vivo, humano e verdadeiro” (NOGUEIRA, 2020, p. 123).

São nesses espaços empretecidos de historicidade, onde os símbolos das identidades religiosas dos Candomblés são preservados há mais de um século e a ancestralidade africana é salvaguardada através dos ritos, dos cânticos, das orações e expressões em línguas africanas, nos modos de preparar os alimentos sagrados, na forma de tecer as indumentárias, de dançar para as divindades, entre outras práticas que dialogam e se entrecruzam nos diferentes tempos. Nesse território humanizado, valores são preservados, sociabilidades são constituídas pelas aproximações e as identidades são reconstruídas em contextos de diversidade.

O contato do GEFRE com o território sagrado do terreiro nos possibilitou identificar os diferentes códigos criados pela comunidade religiosa com o objetivo de vivenciar as suas devoções, constituindo o que Michel de Certeau classificou como “procedimentos de caráter informal” (CERTEAU, 2007), os quais seguem na contramão da imposição dos padrões hegemônicos. Tais ações são identificadas como um conjunto de práticas, adotadas pelos povos de terreiro, fazendo surgir uma nova territorialidade ao espaço geometricamente projetado do centro funcionalista e conceitual.

Desses lugares de resistência, as CTTro escrevem narrativas lançadas ao avesso dos registros oficiais, os quais subestimaram há várias gerações, a capacidade de organização e fazer política dos povos de terreiro. A historiografia durante anos invisibilizou a atuação desses agentes sociais nos diferentes contextos: no Estado Novo (1937-1945) e na Ditadura civil-militar (1964-1985), por exemplo, centenas de casas de Matriz Africana foram invadidas e seus objetos de culto apreendidos e/ou destruídos. Muitos sacerdotes e sacerdotisas foram humilhados publicamente, perseguidos pelo Estado, acusados de criminosos, charlatões, embusteiros e loucos; sujeitos perigosos e suspeitos de causar a desordem numa sociedade que prezava pela “saúde moral” e pelos “bons costumes” em diálogo com os princípios da nova ordem estabe-

16 Expressão utilizada pelo pesquisador Luiz Rufino. Ver RUFINO, 2019.

lecida (SANTOS, 2018 b).

A experiência dessa realidade, não significa dizer que esses grupos sociais não reagiram criando mecanismos para enfrentar essas investidas institucionais. Como forma de ludibriar o sistema, as CTTro protagonizaram ações silenciadas nos registros oficiais, porém, presentes nas memórias dos mais velhos, os quais continuaram a vivenciar suas práticas na calmaria das madrugadas acinzentadas; presenciaram histórias de terreiros que mudaram de endereço ou de nome para continuar existindo; casas que precisaram criar manifestações carnavalescas, a exemplo dos maracatus de baque virado em Pernambuco, para driblar as investidas da Polícia; outros grupos de religiosos promoviam com frequência bailes dançantes como forma clandestina de homenagear as divindades. Essas e outras táticas de enfrentamento do controle estatal pelos “sujeitos ordinários” (CERTEAU, 2007) permearam os momentos de aprendizagem capacitaneados pelas lideranças religiosas da Casa de Xangô, no Quidé.

Pela historicidade que esses lugares dispõem e impulsionados pelo pensamento de bell hooks, passamos a repensar as nossas práticas de ensino e pesquisa na UPE campus Petrolina, refletindo sobre as potencialidades dos terreiros como lócus de produção de conhecimento, que fogem da formalidade dos espaços de educação. Uma estratégia desafiadora, mas ao mesmo tempo construtiva para partilhar o conhecimento, transformando “o aprendizado numa experiência de inclusão” e num movimento que “transgride as fronteiras que fecham cada aluno numa abordagem do aprendizado como uma rotina de linha de produção” (hooks, 2017, p.25).

Considerações Finais

Iniciamos esta narrativa com um provérbio iorubá protagonizado por Exu – o orixá responsável pelo movimento das palavras, pela dinâmica das ações, dos fluxos. Vimos no decorrer desse registro como o ato de falar possibilita a produção de novos entendimentos e novas versões para narrativas que se cristalizaram como únicas. Os saberes institucionalizados calaram a voz dos povos de terreiro negando-lhes o direito de poder existir.

Djamila Ribeiro nos ensina que a restrição de certos grupos sociais terem acesso a:

[...] certos espaços acarreta a não existência de produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até me relação a quem tem mais acesso à internet (2019, p.63-64).

As vivências no Ilê Axé Ayrá Onyndancor nos revelaram que fora das fronteiras da academia, sobretudo, nas periferias onde residem àqueles colocados fora do centro das oportunidades, existem lugares produtores de conhecimento, possíveis de ampliar o processo de aprendizagem, com ações que valorizam a pluralidade das narrativas sociais, cada vez mais inclusivas e atentas às diferentes realidades.

Nesse sentido, consideramos que a leitura que se faz desses lugares de culturas negras nas academias precisa ser problematizada e racializada. A localização dessas casas religiosas na geografia do país, herdada do período escravista e do pós-abolição, aponta para uma segregação racial e o nível de desigualdades existentes. As religiões de matrizes africanas existem nas margens da sociedade e tal localização está relacionada à cor da pele. Na cidade de Juazeiro (BA), são os indivíduos negros que habitam, na sua maioria, as periferias, a exemplo da comunidade do Quidé, onde frequentamos assiduamente entre os anos de 2017 e 2019. A fala do antropólogo Kabengele Munanga à agência de publicidade *ecoa*, corrobora com a nossa experiência: “os negros são os mais pobres da sociedade. Ser negro é ser pobre” (GASPAR, 2020).

Partindo dessa perspectiva, faz-se urgente e necessário discutir as experiências sociais desses sujeitos dentro das universidades, principalmente nos cursos de Licenciatura (espaço de formação para atuar especificamente, na Educação Básica). Precisamos formar uma geração de docentes conscientes de que a colonização se constituiu, especialmente, no campo dos

saberes, negando aos colonizados o protagonismo das suas histórias e subestimando a sua capacidade de produzir conhecimento, portanto, de existência.

Levar estas reflexões para o campus Petrolina da ~~xxx~~ reforçou o nosso compromisso com o ensino público, pois compreendemos que uma das suas funções “diz respeito ao trato com as populações, as quais apresentam diversidade de toda ordem, inclusive religiosa” (SILVA, 2005, p. 124). Nesse sentido, ao pensar nas ações do GEFRE, no período em que atuamos na Região do Vale do São Francisco, procuramos levar em consideração ações que repercutissem numa reeducação das relações étnico-raciais no país, colocando em prática questões norteadoras das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2004).

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BERKENBROCK, Volney J. **A experiência dos orixás: um estudo sobre a experiência religiosa no Candomblé**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. 17 jun. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf

CACCIATORE, Olga Gudolle. **Dicionário de cultos afro-brasileiros**. Rio de Janeiro, Forense – Universitária, Instituto Estadual do Livro, 1977.

CANTUÁRIA, Priscila Ceccatto de. **A religiosidade negra em uma sociedade estruturalmente racista: a liberdade de fé dos povos tradicionais de terreiro**. São Paulo: Dialética, 2021.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. Aproximações brasileiras às filosofias africanas. **Dossiê Programa de Pós-Graduação em Metafísica** - Universidade de Brasília. 2016. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/prometeus/article/view/5698/4852>. Acesso em 6 de novembro de 2021.

GASPAR, Gabriel Rocha. Mudar as Coisas. **ECO.A**. 17 mai. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/intelectual-deve-influenciar-na-mudanca-diz-antropologo-kabengele-munanga/index.htm#cover>
hook, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2 ed. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2017.

GASPAR, Gabriel Rocha. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Elefante, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NOGUEIRA, Sidnei Barreto. **Intolerância Religiosa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

NOGUEIRA, Sidnei Barreto. **A quem serve o racismo religioso?** <https://revistasenso.com.br/zrs-edicao-15/a-quem-serve-o-racismo-religioso/>. Acesso em: 17 abr. 2021.

MARQUES, Juracy; NOVAES, Joaquim. **Candomblé e Umbanda no Sertão**: cartografia social dos terreiros de Petrolina e Juazeiro. Paulo Afonso, SABEH, 2015.

RIBEIRO, Djamilia. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SANTOS, Mário Ribeiro dos. À sombra das árvores dos terreiros, caminhos e histórias se cruzam: relatos de ocupação do Bairro do Quidé em Juazeiro – Bahia (1960-1970). Revista Escripturas. v.02, n.3, pp.117-135, jan/jun2018a.

SANTOS, Mário Ribeiro dos. O Estado, a festa e a cidade: medidas de controle e ordem nos dias de Carnaval no Recife (1930-1945). In: GUILLEN, Isabel Cristina Martins. SILVA, Augusto Neves da. (Orgs). **Tempos de Folia**: estudos sobre o Carnaval do Recife. 1 ed. Recife: Massangana, 2018b.

SILVA, Nelson Fernando Inocêncio da. Africanidade e religiosidade: uma possibilidade de abordagem sobre as sagradas matrizes africanas na escola. In: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SIMAS, Luiz Antonio. **O corpo encantado das ruas**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

WILLIAN, Rodney. **Apropriação cultural**. São Paulo: Pólen, 2019. Endereços eletrônicos <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/08/27/terreiro-de-candomble-em-juazeiro-e-apedrejado-templo-e-alvo-de-ataques-desde-2015.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2021. <https://pontocritico.org/tag/apedrejamento/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

Recebido em: 30 de abril de 2021.

Aceito em: 13 de dezembro de 2021.